

TESE DO COLETIVO BASE/RN

O ano de 2017 ficará para história: o ano em que comemoramos o centenário da Revolução Russa e o centenário da primeira Greve Geral no Brasil é também o ano que demonstrou na prática como que as ações organizadas de luta e resistência da classe trabalhadora impactam nos rumos do nosso país. Isso significa que assim como os trabalhadores da Rússia fizeram há 100 anos atrás, as lutas no Brasil deste ano reforçaram o papel de transformação social que está em nossas mãos.

Foram assim as lutas do mês de março, a grande Greve Geral (28/04) e o Ocupa Brasília (24/05), que conseguiram frear a Reforma da Previdência (que estava prevista para o primeiro semestre) e desgastaram o Governo Temer, que ficou por um fio e teve chances reais de cair.

No entanto, tivemos a traição de setores que dirigem parte importante da classe, que preferiram desmobilizar a classe, fazendo com que a agenda do ajuste fiscal se intensificasse. Uma agenda que tenta colocar nas costas dos trabalhadores o pagamento da crise econômica que sentimos diariamente: a carestia, o desemprego, a piora dos serviços públicos, a falta de moradia etc.

Esta é uma crise internacional do capitalismo, a mais grave crise econômica desde 1929. Surge em 2008, nos EUA, e arrasou economias de países inteiros, ampliando o grau de dependência aos países mais ricos do mundo, especialmente Estados Unidos e Alemanha. Foi neste cenário, que vimos as lutas contra os planos de austeridade em anos anteriores em toda a Europa, especialmente nos países mais atingidos, como Grécia, Portugal e Espanha. Na América Latina, mais recentemente vimos mobilizações importantes contra os planos dos governos como na Argentina, Chile, México, Paraguai etc.

Há crises, mobilizações e insatisfação em todos os países, mas sem dúvida a Venezuela ganha em destaque. Isto porque, nas últimas décadas, o auto-intitulado "socialismo do século 21", encabeçado pelo falecido Hugo Chávez, foi reivindicado e defendido por grande parte da esquerda mundial. No entanto, o chavismo não apenas manteve como aprofundou o modelo de acumulação chamado rentista petrolero, criado durante as décadas anteriores: o petróleo passou de 64% das exportações em 1998, para 92% das exportações em 2012. A dependência era tanta que as receitas do petróleo representavam 90% dos recursos do Estado. Ao mesmo tempo, o país foi desindustrializado: esse setor foi responsável por 18% do PIB em 1998 e em 2012, caiu para 14%.

Tal modelo de acumulação conseguiu funcionar enquanto os preços do petróleo permaneceram altos. A parte da renda que ficava com o Estado permitia o pagamento da dívida externa, a concessão das Missiones (o Bolsa Família venezuelano), a nacionalização de algumas indústrias e a oferta de negócios a outros setores burgueses. No entanto, modelo rentista entrou em profunda crise e aumentou todas as contradições. Os confrontos com outros setores burgueses, que querem recuperar o controle do Estado para garantir seus negócios, tornaram-se muito mais difíceis. Mas o problema fundamental é o enfrentamento às massas e hoje, o regime de Chávez, com Nicolás Maduro na Presidência, está longe de seu auge.

Foi assim que o governo Maduro fez uma manobra ditatorial, fechando a Assembleia Legislativa e passando seus poderes para o Tribunal Superior de Justiça, no qual tem maioria. Houve uma profunda crise e alguns dias depois, Maduro teve de recuar, aprofundando a crise de seu governo, aumentando a tensão em todo o país. Toda essa instabilidade e polarização crescentes são sentidas em países-chaves do continente, sendo seguida de um importante ascenso das massas e divisões de peso na burguesia.

É neste contexto que se localizam as crises dos governos, um fenômeno que se expressa também no coração do imperialismo, nos EUA. O governo Trump chegou ao poder devido ao desgaste do Partido Democrata após o governo Obama mas, um dia depois de sua posse, três milhões de pessoas saíram às ruas contra Trump. Assim, se por um lado Trump se elege pelo desgaste de Obama, por outro, ao se eleger levou também a polarização e a instabilidade para os EUA.

Isso significa que neste cenário de crise internacional está também o aumento da instabilidade dos governos, das lutas em diversos países do mundo e a polarização social. Isto porque, ao aplicar os audaciosos planos de ajuste fiscal como forma de garantir os gananciosos lucros dos empresários, os governos são cada vez mais pressionados por grandes mobilizações e acumulam desgastes em todo o mundo.

Da mesma forma no Brasil, as políticas do Governo Temer, ao invés de melhorarem a vida da população, na verdade só intensificam os problemas sociais. São problemas que se acumularam ao longo da história do Brasil, mas que, ao longo das últimas três décadas converteram-se em medidas de transformar direitos em mercadorias através das políticas neoliberais de estado mínimo.

DIREITO NÃO É MERCADORIA: UMA LIÇÃO DE 3 DÉCADAS

Estávamos na década de 90, logo após ser promulgada a tão comemorada Constituição Federal (CF) de 1988. A CF parecia trazer uma série de conquistas à classe trabalhadora fruto das grandes lutas que aconteceram no país na década de 80. No entanto, mal foi promulgada a CF e a classe trabalhadora sequer pode sentir os efeitos de seus artigos progressivos.

Na primeira eleição após o fim da ditadura, Collor é eleito e traz a agenda neoliberal para a ordem do dia. Todos os artigos que representavam pequenos avanços aos trabalhadores e trabalhadoras foram, gradativamente, acabando com as esperanças. Os mecanismos usados pelos sucessivos governos, seja FHC, Lula, Dilma ou

RECEBIDO em 17/08/2017 Juliana Sávio Responsável

Alzila

Temer foi de retirar, aos poucos, todas os artigos da CF através de Emendas Constitucionais (EC) ou simplesmente pela não regulamentação de seus artigos. Um exemplo dessa não regulamentação é o imposto sobre grandes fortunas que hoje, quase 30 anos depois de promulgada a CF, não passa de palavras ao vento. No mesmo sentido os poucos direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras foram transformando-se em mercadoria o que chamamos de mercantilização. A educação, a saúde e previdência passaram a ser exemplos de mercantilização. Até as cadeias públicas e a segurança estão se transformando cada vez mais em negócio.

Quando estes efeitos começaram de forma acelerada na década de 90, uma das principais bandeiras dos movimentos era: direito não é mercadoria! No entanto, nem mesmo os Governos do PT ouviram essas bandeiras e foram alvo de sua mesquinhez quando o povo tomou as ruas em junho de 2013 pedindo mais serviços públicos dizendo "não é por R\$ 0,20".

Embora naquele momento a classe trabalhadora não estivesse organizada enquanto classe, sentia os efeitos e os impactos da crise econômica. Isso fez com que todos os direitos que tinham sido transformados em mercadoria já não pudessem mais ser comprados e os poucos R\$ 0,20 a mais em uma passagem de ônibus transformaram-se em enormes mobilizações que tomaram o país.

A sequência dos fatos foi que as ruas passou a ser palco constante das mobilizações, com a classe trabalhadora cada mais organizada e construindo greves importantes. Com isso, o Governo Dilma ficou insustentável e a burguesia a trocou por seu vice, Temer, na tentativa de estabilizar a situação. Neste momento, a juventude assumiu também um papel protagonista, retomando métodos de luta como as ocupações, impulsionando as manifestações contra o Governo Temer.

Assim, o governo começa a balançar, a classe trabalhadora intensifica seu protagonismo, volta às ruas de forma organizada e unificada, mostrando sua força. Desta forma, este ano de 2017 inicia seu período histórico através das lutas do 8 de março, que contou com um chamado de greve internacional. No Brasil, fortemente marcado pela luta contra a reforma da previdência, impulsionou as grandes mobilizações do mês de março e criou a condição para a construção da histórica Greve Geral do dia 28 de abril.

Uma grande Greve Geral que levou milhões de trabalhadores e trabalhadoras a cruzaram os braços, parando a produção, a circulação de mercadorias e de pessoas. Foi uma greve política, um dia de unidade entre os trabalhadores empregados, desempregados, organizados em sindicatos do campo e da cidade ou em movimentos populares, além de movimentos de luta contra a opressão. Foi um dia de convergência da indignação contra as medidas do governo e também contra o próprio governo.

A partir destas lutas, o Governo Temer aumentou seu desgaste e, às vésperas do Ocupa Brasília, foi anunciado em rede nacional pelas mídias os escândalos de corrupção de Temer. O sucesso da ocupação em Brasília atordoou o Governo, que tentou desmobilizar o movimento através de um violento ataque aos manifestantes em Brasília no dia 24/05. Mas o movimento reagiu e a resistência dos trabalhadores por mais de 3 horas às bombas de Temer desgastaram ainda mais seu governo.

O Governo fica por um fio e, para não cair, aposta nas direções traidoras do movimento. Essas negociações foram anunciadas pelas mídias, dizendo que a Força Sindical e a UGT estavam na linha de frente e que a CUT e CTB negociavam nos bastidores. Embora essas centrais tenham vindo a público desmentir as notícias, mostraram o oposto em suas ações e desmobilizaram a Greve Geral do dia 30 de junho.

Ao puxarem o tapete da Greve Geral, as cúpulas dessas centrais ajudaram a dar sobrevida a Temer que, em menos de um mês, aprovou a reforma trabalhista, conseguiu na Câmara dos Deputados barrar as investigações que o acusam de corrupção, editou uma Medida Provisória (MP) para desmontar o serviço público com o Plano de Desligamento Voluntário (PDV), redução da jornada de trabalho com redução de salário e o estímulo à licença não remunerada. Agora, o Governo quer retomar a votação da Reforma da Previdência e aprová-la até outubro.

Assim, diante da possibilidade real da queda de Temer, as burocracias sindicais, ao invés de se apoiarem na força crescente do povo pobre e trabalhador, preferiram negociar o imposto sindical e aderir um projeto eleitoral chamado de Frente Ampla.

A Frente Ampla tem como objetivo central a campanha por eleições diretas presidenciais e colocam isso claramente em seu manifesto dizendo que "a saída desta crise depende fundamentalmente da participação do povo nas ruas e nas urnas. Só a eleição direta, portanto a soberania popular, é capaz de restabelecer legitimidade ao sistema político" (extraído do manifesto de convocação da Frente Ampla pelas diretas já). Entre as organizações que assinaram o manifesto da "Frente Ampla pelas Diretas Já" estão: Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, CUT, CTB, Central Intersindical, MAIS, PCdoB, PT, PSOL.

Em suas bandeiras, sequer mencionam o corrupto Congresso Nacional e prepararam o terreno para as eleições de 2018, ou seja, atrás dessa Frente está escondida a candidatura de Lula à presidência, reeditando o programa de conciliação de classes dos governos do PT. Um programa que segue a cartilha neoliberal e que Lula já afirmou: "seria falso dizer que eu vou anular tudo", referindo-se às reformas de Temer e à possibilidade de se eleger em 2018.

Além disso, dar estabilidade ao sistema político significa claramente a defesa de via de conciliação de classes, ou seja, colocar as expectativas nas urnas ao invés de impulsionar as lutas. Como forma de desmobilizar, somam-se propostas como uma nova Constituição Federal, justamente o mesmo processo vivido no início dos anos 90.

Desta forma, se a década de 80 foi palco das grandes mobilizações que trouxeram importantes conquistas para a classe trabalhadora, a agenda neoliberal retirou esses direitos. A agenda aplicada tanto pelos Governos Collor e FHC, claramente governos burgueses, como pelos Governos Lula e Dilma, de Frente Popular e que seguem com o Governo Temer.

Stalino *mu*

Mas se perdemos uma batalha, ainda não perdemos a guerra. Para isso, precisamos retomar com urgência os processos de lutas e unidade da classe trabalhadora para barrar essas reformas e colocar para Fora Temer e todos os corruptos. Neste sentido, precisamos tirar lições destas décadas: a) somente a luta organizada dos trabalhadores é capaz de conseguir avanços para a classe trabalhadora; b) todas as conquistas são retiradas quando a classe se desmobiliza e suas direções as traem; c) todas as conquistas são ilusórias e pontuais no capitalismo.

Assim, para retomar a nossa organização devemos voltar a organizar os comitês de lutas em todos os lugares: nos locais de trabalho, estudo ou moradia. Devemos também exigir que os sindicatos enfrentem as direções das centrais e organizem a luta unificada para impedir a aplicação da retirada de direitos. Podemos unificar setores importantes da classe trabalhadora e não permitir a retirada de nenhum direito. Isto faz com que nós tenhamos também grandes tarefas para esse momento histórico que estamos vivendo: retomar as lutas; manter o estado de mobilização, denunciando as direções traidoras e apontar que a única saída que realmente poderá libertar a classe trabalhadora da opressão e exploração é construção de uma sociedade socialista.

Para isso, é necessário e possível, uma Greve Geral de 48 horas que derrote a Reforma da Previdência e coloque abaixo Temer e todos os corruptos do Congresso Nacional! Esta é a proposta desta tese: queremos discutir tudo o que nos afeta e construir uma alternativa apoiada nas lutas como motivação para a elaboração de um projeto de sociedade construído pela classe trabalhadora. E para nós, este projeto de sociedade que deve ter seu programa saído das lutas é um projeto socialista.

Assim, apoiados nos 100 anos da Revolução Russa, queremos que o momento histórico em que a classe trabalhadora tomou para si os rumos de suas vidas seja compartilhado como exemplo e motivação para nós no Brasil. E para poder avançar nesse projeto, precisamos combater as opressões que nos separam ou nos aniquilam como o racismo, o machismo e a LGBTfobia, para poder colocar todos os trabalhadores e trabalhadoras em luta, lado a lado, como iguais.

Estes são os pensamentos que norteiam a FRENTE DE LUTA que, nesta tese, tentamos sistematizar. Para isso, defendemos um sindicalismo combativo, baseado na independência de classe, que tenha como eixo central a transformação social da vida da classe trabalhadora. Assim é CSP-Conlutas, Central Sindical e Popular que vamos apresentar nesta tese com bastante ênfase porque entendemos que é necessário ampliar a nossa participação na Central e fortalecê-la.

Convidamos todos e todas que somem neste processo, participem conosco da FRENTE DE LUTA! Vamos juntos retomar as lutas para colocar para Fora Temer, todos os corruptos e suas reformas. Vamos lutar para a construção de uma sociedade socialista! Vamos, juntos, organizar os de baixo para derrubar os de cima!

UMA RESPOSTA INTERNACIONALISTA DOS TRABALHADORES

A crise e os ataques dos patrões, apoiado no caráter mundial do capitalismo, obriga os trabalhadores, independente de sua nacionalidade, a organizarem uma resposta comum na luta pelos seus direitos contra os ataques dos patrões e dos governos. Isso porque os patrões e os governos aplicam uma só política mundial, por meio de planos neoliberais ou "ajustes estruturais", em todos os países do planeta. Mas os trabalhadores e trabalhadoras reagem e saem às ruas e em luta em todo o mundo.

Todas essas lutas precisam da mais ampla solidariedade e exigem a unidade do conjunto dos trabalhadores não só no Brasil, mas internacional. Assim, o resgate da bandeira do internacionalismo operário, ou seja, da necessidade de articular e organizar uma resposta comum dos trabalhadores no mundo todo, ganha importância cada vez mais nesse momento histórico.

Neste sentido, a construção e o fortalecimento de uma Central Sindical que seja pautada por esse debate e que tenha em seu programa a necessidade de construir a alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras no mundo todo como forma de superação da crise internacional é de extrema importância. É preciso aglutinar as forças políticas, entidades, movimentos, organizações que lutam e acreditam no socialismo para construirmos um programa da classe, que responda às nossas reais necessidades. Só um programa nascido no calor das lutas pode se transformar numa verdadeira alternativa para a classe trabalhadora.

É sob tais eixos que a CSP-Conlutas tem cumprido um papel importante na luta de resistência da classe e, através Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL), se soma com outras entidades sindicais do mundo com o objetivo de trabalhar juntos em oposição aos ataques antissociais e conquistar direitos, fortalecendo o sindicalismo para romper com o capitalismo. Uma rede sindical que tem um caráter internacionalista e de luta contra todas as formas de opressão (machismo, racismo, LGBTofobia, xenofobia). Assim é a CSP-Conlutas, que completa 11 anos fortalecendo a unidade sindical e popular, classista e independente.

CSP-COLUNTAS: 11 ANOS FORTALECENDO A UNIDADE SINDICAL E POPULAR, CLASSISTA E INDEPENDENTE

A CSP-Conlutas realizará esse ano seu 3º Congresso Nacional. São mais de 10 anos desde o início do que chamamos de novo processo de reorganização do movimento sindical e popular brasileiro na construção e afirmação de uma alternativa de direção para o movimento de massas em nosso país. Para além de nos armar para as lutas imediatas, o congresso estará envolvido pela energia das comemorações dos 100 anos da Revolução Russa, um dos maiores e mais importantes fatos da história da humanidade, que levou a que operários

Thibau

mu

e operárias, junto com o povo pobre, tomassem o poder daquele país (leia mais sobre a Revolução na nossa tese).

Atualmente, nosso país está enfrentando uma conjuntura de profunda crise política e econômica. Diante dela, o capitalismo lança milhões de trabalhadores no desemprego e desfere violento ataque aos poucos direitos de nossa classe. Consequentemente, nosso povo, resiste e luta protagonizando um dos maiores ascensos de nossa história. Para que nossa classe vença essa batalha, é vital que o movimento sindical se oriente pelo critério da organização da mobilização como seu método principal de luta e pela defesa intransigente do princípio da independência de classes.

Neste sentido, reivindicamos que o nosso sindicato volte a participar ativamente da CSP-Conlutas. Na CSP-Conlutas estão os que se movem na defesa do socialismo em substituição ao capitalismo e foi com essa compreensão que, ao longo desses mais de 10 anos, nos levou ao enfrentamento com os governos petistas e é com a mesma convicção que lutamos contra todas as medidas de ataques do governo Temer, assim como nos empenhamos por sua derrubada. A CSP-Conlutas reflete essas bandeiras, sempre em defesa dos interesses da classe trabalhadora e busca pela mais ampla unidade de ação para que possamos derrotar o capitalismo. Só com essa estratégia poderemos responder às necessidades da vida de quem produz e inverter o caos que o capitalismo nos impõem todos os dias.

São com esses objetivos e compreensão que devemos fortalecer a CSP-Conlutas, e buscar aprofundar a independência de classe como nosso pilar de nossa organização; a mobilização como forma predileta de nossa luta; o caráter sindical e popular como forma de expressar a realidade da classe e, nesse sentido, como forma ordenadora capaz de unificar amplamente a nossa classe. Por estes motivos, nosso congresso deve reafirmar a filiação à CSP-Conlutas, a necessidade de manter em dia o pagamento à Central e a participação cotidiana nas atividades da CSP-Conlutas.

Nestes marcos, também é importante destacar o papel que terá o centenário da Revolução Russa no Congresso da CSP-Conlutas. São 100 anos que nos permite fazer o balanço dos erros e dos acertos dessa experiência histórica. Afinal, se que o capitalismo é incapaz de atender às nossas reivindicações, poderemos utilizar essa experiência histórica da maior revolução da classe trabalhadora para que também possamos construir no Brasil uma sociedade socialista.

OS 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA E DA PRIMEIRA GREVE GERAL DO BRASIL

A explosão da Revolução Russa, não foi planejada, tão pouco estava na agenda dos partidos políticos ou foi produto do "alto nível de conscientização" das pessoas. Ao contrário, explodiu com os protestos das operárias da indústria têxtil contra as precárias condições de trabalho (08 de março no nosso calendário) e se estendeu como um rastilho de pólvora. Desde as bases renasciam os sovietes que eram conselhos populares que, na sua origem, serviam para organizar as mobilizações dos anos anteriores e em 1917 começaram a servir como um "novo poder".

Foi neste cenário que um pequeno partido político "radical" aumentou sua influência, propondo que, para satisfazer as necessidades do povo, os sovietes deveriam governar, a paz deveria vir no lugar da Guerra Mundial, as terras deveriam ser divididas para que a reforma agrária fosse efetivada e o pão deveria chegar a todos os lares. Nesta linha, defendiam que os operários deveriam controlar as fábricas e a economia, as nações oprimidas tinham direito à autodeterminação, a opressão contra as mulheres deveria acabar etc.

Uma pauta que está mais presente do que nunca. Com a crise do capitalismo, caminhamos para um verdadeiro colapso, produto do esgotamento dos recursos naturais e da destruição em grande escala da natureza. Desta situação surgem as resistências cada vez maiores da classe trabalhadora que é quem produz toda a riqueza das nações. Por isso, a Greve Geral impacta e foi assim também em 1917: há 100 anos foi realizada a primeira Greve Geral no Brasil, e agora se repetem.

Temos sim que parar o país contra as ações que destroem o estado brasileiro e as contrarreformas do Governo Temer. Se há 100 anos os trabalhadores e trabalhadoras incorporaram as grandes lutas de 1917, como a Greve Geral do Brasil inspirada na Revolução Russa, este é o momento que nós, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público temos que sair cada vez mais na defesa do que é público. Neste sentido, além de incorporar os anseios e as lutas dos TAEs, temos que apoiar as outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras em busca de unidade nas lutas.

Esta unidade deve estar assentada na estratégia de impulsionar a luta por uma sociedade que realmente tenha todos os serviços públicos para atender a classe trabalhadora, ou seja, uma sociedade socialista. Somente assim, poderemos garantir o fim da exploração!

ACABAR COM A EXPLORAÇÃO E A OPRESSÃO

Queremos pôr fim ao capitalismo como forma de acabar com a exploração e colocar nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras o destino de suas próprias vidas. Para isso precisamos também combater as ideologias que nos divide enquanto classe e servem apenas para piorar as nossas condições de vida. Assim é o machismo, o racismo e a LGBTfobia.

GÊNERO E CLASSE

A opressão da mulher é um problema de classe, não de gênero. Tivemos uma mulher na presidência da República no Brasil e nada mudou para as mulheres trabalhadoras. Foi sob sua caneta que foram editadas as

Abilue

pus

MPs 664 e 665 que mudaram as regras da pensão por morte, seguro desemprego, abono salarial e auxílio doença, atacando diretamente as mulheres trabalhadoras. Foi também no Governo de Dilma que foram ignoradas as reivindicações dos movimentos feministas de legalização do aborto e foi ela quem se dobrou à bancada evangélica e recuou ao com o Kit anti-homofobia.

Este exemplo mostra que não é suficiente para garantir avanços e conquistas ter uma mulher na presidência. Só será possível a total libertação da classe trabalhadora com o fim da opressão e da exploração. Para isso, é essencial a discussão e realização de medidas e deliberações que caminhem no sentido do fortalecimento dos setores oprimidos.

MULHERES DE LUTA

No último dia 08 de março, mulheres de todo o mundo deram um grande ponta pé na organização da classe trabalhadora. No Brasil, lutamos contra a retirada de direitos, contra as reformas iniciadas nos governos petistas e continuadas por Temer. As mulheres que foram duramente atacadas com a aprovação da reforma trabalhista e da lei da terceirização, serão ainda as mais prejudicadas com a Reforma da Previdência se não for barrada. Isto porque a reforma ignora a jornada contínua e ininterrupta da mulher, propondo elevar a idade mínima para aposentar aos 62 anos.

Além disso, as mulheres ganham em torno de 30% menos que os homens, ocupando o mesmo cargo. No caso das mulheres negras, a situação é ainda mais grave, chegando a 40% a diferença entre os salários e ocupam os postos de trabalho mais precarizados. Uma situação se acentua com a ampliação das terceirizações, com as diferenças astronômicas nos salários, refletindo nas relações de trabalho, aumentando os assédios, exploração e rotatividade de trabalhadoras terceirizadas. Um problema que tem raça e gênero: é negro e feminino.

DANDARA VIVE! MULHERES NEGRAS NÃO PARAM DE LUTAR!

O caráter da escravidão continua mesmo após 129 anos da abolição. A mulher negra ainda vive na base da pirâmide social, representa a maior cota no trabalho doméstico, na terceirização, no trabalho informal e no trabalho temporário. Dados apontam que 39,1% das mulheres negras ainda ocupavam postos precários, com renda de até dois salários mínimos, sem carteira assinada. Só em 2009, existiam 7,2 milhões de brasileiros trabalhando em limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios, sendo que 61,6% do total, ou seja, 4 milhões eram negros e negras. A taxa de desemprego em 2009 era de 12% entre mulheres negras, comparada a 9% para mulheres brancas. Em termos de escolaridade, em 2011, a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto entre mulheres negras era de apenas 9%. Ou seja, os dados revelam que há hierarquia de gênero e raça.

Uma situação que será intensificada com a recente aprovação da reforma trabalhista, levando cada vez mais mulheres negras à miséria e à degradação social e piorará com a Reforma da Previdência, se não for barrada. Isto porque as mulheres negras começam a trabalhar muito cedo e na informalidade. Diminuir o valor do benefício, colocando abaixo do salário mínimo, bem como dificultar a aposentadoria, aumentando a idade, é uma política de liquidação dos mais pobres. É a volta da lei dos sexagenários do período da escravidão porque muitos morrerão no meio do caminho.

Mas as mulheres negras têm história e não param de lutar! Mesmo quando seus filhos são mortos pela ação consciente do Estado, como é o caso do genocídio da população jovem e negra.

GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO JOVEM E NEGRA

Daqui a 23 minutos um jovem negro será assassinado no Brasil. Serão mortos mais de 23 mil jovens negros, entre 15 e 29 anos, pois essa é a média anual do extermínio em nosso país. Esse número é quatro vezes maior do que a taxa entre jovens brancos e reflete um padrão: 53% das vítimas são jovens; destes, 77%, negros, e 93% do sexo masculino.

Isso não causa espanto para quem vive nas periferias do Brasil, onde, cotidianamente, os jovens são vítimas da completa ausência de políticas públicas. Este Estado faz questão em jogar na nossas costas a falta de política social que é responsabilidade dele e assim tem uma política de extermínio da juventude negra cujas raízes estão na escravidão e há muito, se apoia em teorias escravistas e capitalistas, como o discurso raciológico, que tipifica as pessoas a partir de sua raça, e eugenista, que estabelece a branquitude como padrão superior e civilizatório. Essas ações são reforçadas com o mito da democracia racial, dizendo que o Brasil não é país um racista, que é desmascarada pela falta de políticas públicas de inclusão e de reparação social. Nas universidades, sabemos muito bem onde encontrar os negros: nos piores serviços, na terceirização. Esta situação revela a política racista institucional do Estado brasileiro, que coloca os lucros acima das vidas, uma realidade que não consegue esconder o chicote, uma política de morte que é estendida aos outros setores oprimidos no Brasil, como a população LGBT.

VIDAS LGBTs IMPORTAM!

Entre os recordes do Brasil está o alto índice de assassinatos LGBTs. Dados revelam que somente em 2016, no mínimo 343 gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros foram assassinados no Brasil, um número 22% maior do que em 2015 e que representa quase o dobro de 2008. No entanto, estes dados devem ser ainda maiores já que essas vidas são invisibilizadas, seja pela omissão dos próprios familiares e amigos, seja pela ação da polícia e dos órgãos do próprio Estado que não faz nenhum esforço concreto para registrar estas mortes.

orkibe

juo

Entretanto, estes dados revelam que existe uma relação direta com a crise econômica e o aumento da violência LGBTfóbica. A crise econômica que faz com que a burguesia alimente ainda mais os discursos opressivos para, assim, poder explorar ainda mais negros(as), LGBTs e mulheres. Por exemplo, desde 2008, mais e mais gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis têm sido jogados para os serviços terceirizados, o desemprego e para longe do acesso à moradia, à saúde e à educação.

Contudo, a cumplicidade dos governos petistas com os crimes contra LGBTs não começa exatamente aí. Ao defenderem e aplicarem a fundo os planos neoliberais e governarem para os banqueiros, patrões e latifundiários, tanto Lula quanto Dilma em muito contribuíram para manter os LGBTs à margem da sociedade e dos direitos. Dilma, em particular, colocou ainda mais lenha nesta fogueira quando, para chegar ao poder ao lado de seu vice, foi buscar a benção dos fundamentalistas com a "Carta ao povo de Deus". Longe de ser uma defesa da liberdade religiosa, era um "manifesto" em defesa da família tradicional (considerada um "sagrado" "baluarte da sociedade" contra "o caos") e um compromisso de que o governo nada faria em relação ao aborto e os direitos LGBTs.

Uma promessa que foi paga com a entrega de nossos direitos, principalmente nos momentos em que o governo começava a se ver ameaçado pelas denúncias de corrupção. Foi assim, que em maio de 2011, Dilma vetou o kit anti-homofobia que poderia ser um importante instrumento de combate à LGBTfobia no interior do sistema escolar. O veto foi feito depois que os parlamentares da bancada evangélica ameaçaram convocar o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci para que ele explicasse a fabulosa evolução de seu patrimônio durante o período em que esteve no poder.

O descalabro foi tamanho que até a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que sempre apoiou o governo, se viu obrigada a emitir uma nota dizendo que "os direitos humanos de um determinado segmento da sociedade não podem, jamais, virar moeda de troca nas negociações políticas".

Três anos depois, Dilma, o PT e seus aliados assumiram novamente o papel de cúmplices da violência contra LGBTs ao cederem à pressão dos fundamentalistas e corruptos e engavetarem o PLC 122, que criminalizaria os atos de discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Assim, Temer e seus atuais aliados têm aprofundado aquilo que já foi iniciado pelo PT. É verdade que o ex-vice de Dilma tem atuado com muito mais violência e é inegavelmente mais racista, machista e LGBTfóbico do que o governo anterior. Afinal, jamais nos esqueceremos que, mesmo após a aprovação da Lei Maria da Penha, foi no governo Dilma que foram investidos apenas R\$ 0,26 por cada mulher que sofreu algum tipo de agressão.

11 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA E NADA A COMEMORAR

O Brasil ocupa o 5º lugar no mundo em assassinatos de mulheres: mais de 100.000 mulheres foram assassinadas entre 1980 a 2013 em um ritmo crescente ao longo desses anos. São mortas 13 mulheres por dia e, em 2014, a média era 4.757 mulheres assassinadas por ano. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada, no Brasil e somente em 2015 foram registrados 40 mil casos de estupros. Estima-se que esses números representam apenas 10% dos casos reais, pois as mulheres não sentem protegidas e resguardadas para procurarem ajuda, muitas das vezes são culpabilizadas de terem provocado o ato.

Todos esses índices nada avançaram no combate à violência contra a mulher com a aprovação da Lei Maria da Penha. Após 11 anos de sua implementação, o que vimos tanto no Governo Dilma como no Governo Temer foi que nada avançou. Com valores irrisórios para políticas de combate à violência, o Governo Temer cortou 61% em um orçamento já super-reduzido: os valores caíram de R\$ 42,9 milhões para 16,7 milhões. Os governos estaduais e municipais seguem a mesma cartilha. Dória (PSDB), prefeito de São Paulo, cortou R\$ 3 milhões do orçamento de políticas para mulheres, mesmo com o aumento de 31% nos casos atendidos. Esse é um dos principais motivos pela ineficiência da lei.

Tudo isso nos mostra que não será possível avançar no combate a toda essa violência machista, racista e LGBTfobia sem investimentos públicos. Mas para que se tenham investimentos nessas áreas, precisamos combater a política dos Governos de aplicar o ajuste econômico aos trabalhadores e trabalhadoras como forma de garantir os gananciosos lucros dos empresários e banqueiros.

Temos que ter um plano de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras que rompa com essa lógica, colocando nossa estratégia de construção de uma sociedade sem opressão e sem exploração no nosso horizonte! Por isso, a nossa luta final será sempre a construção de uma sociedade socialista!

PLANO DE LUTAS

Nosso plano de lutas deve ser hierarquizado por esses elementos:

- Fora Temer e todos os corruptos!
- Pela revogação da lei das terceirizações e da reforma trabalhista
- Contra a Reforma da Previdência
- Pela construção de outras Greves Gerais, de 48 horas ou quantas forem necessárias!
- Criação de comitês de lutas nos locais de trabalho, estudo e moradia para organizar as lutas pela base
- Organizar nos estados e municípios fóruns e comitês que unifiquem os lutadores, os sindicatos e os movimentos sociais e populares para organizar as lutas
- Lutar pelo fim da opressão, contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia
- Criar, nas lutas e nas ruas, um programa socialista que se expresse como alternativa para a classe trabalhadora

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page.

- Que as lutas no Brasil sirvam de espelho para o mundo e que as lutas do mundo sejam igualmente impulsionadoras da luta no Brasil: atuar no internacionalismo classista como forma de ruptura com esse sistema!
- Disputar a consciência da classe trabalhadora e não buscar dar estabilidade ao regime: destruir o capitalismo e construir uma sociedade socialista!

11-08-80
Santos

Albino

Luc

SEGURANÇA PATRIMONIAL

Envolvidos na crise sem precedentes do Modo de Produção Capitalista e pela crise brasileira que tem conotações Financeiro/Econômica, de gestão e política, a área de Segurança Pública e as demais atividades a ela ligadas figura como uma das mais afetadas, e de modo mais incisivo, por uma simples razão: A Crise é também e acima de tudo, uma Crise Ético/Moral condição que é determinante para o funcionamento e a própria existência da atividade de segurança pública. Falta Moralidade nas Decisões, Controle Social e Participação Política nas Gestões dos aparelhos de segurança.

O trabalho da Diretoria de Segurança Patrimonial da UFRN-DSP braço da segurança pública em uma instituição de Educação Superior sofre igualmente: Falta Orçamento para manutenção e compra de Equipamentos e a Decisão monocrática de terceirizar sem Normatizar parte da atividade gerou outras dificuldades em meio a dificuldades próprias que são advindas da realidade atual. Nas condições de hoje o grau de exigência se elevou, tanto pela vulnerabilidade que resulta dos altos níveis de criminalidade e de insegurança que ronda os Campi, quanto pelo grau de exigência de qualidade na execução dos serviços que a própria comunidade universitária espera devido à baixa sensação de segurança existente nos Campi.

Por esta e outras razões entendemos que a Segurança não pode mais ser gerida a partir de atitudes individuais empíricas e nem ter uma Tomada de Decisões Monocrática, mas sim, contar com a participação de todos os atores envolvidos-especialista e principalmente, seus profissionais, condição sinequenon para conseguir obter colaboração e engajamento das equipes visando cumprir a Missão mesmo com sacrifício e abnegação comum nos tempos de crise. Infelizmente não sido assim que a Administração Central e os Gestores da DSP se guiaram nos últimos anos.

A Instituição fez a opção de Não realizar Concurso Público para o Cargo de Vigilante (o último Concurso foi em 1989), com isso o quadro envelheceu e sofreu grande redução pelas mortes e aposentadorias, a partir do ano de 2009 a instituição passou a contratar Vigilantes através da Terceirização, atingindo hoje um total aproximado de 300 homens. Em Setembro de 2016 foi contratada a Empresa Interforte e a partir de então grandes mudanças começaram a acontecer na forma de atuação dos profissionais todos. Por decisão da Diretoria da DSP um grande número de Vigilantes efetivos passou a trabalhar nos Postos Fixos e os Vigilantes contratados passaram a atuar na Ronda Móvel/DSP.

Deste modelo de terceirização empírico e de forma Monocrática de decisão aliado a Falta de Equipamentos (Armas, Coletes, Rádios e viaturas) resultou um Quadro de quebra da qualidade de serviço e dificuldade de Gerenciamento. Não existe nenhuma Norma, seja na forma de Resolução do Colegiado Superior de Administração-CONSAD e nenhuma cláusula contratual definindo os papeis dos profissionais quanto à forma Prestação do serviço e essa vacância Jurídico/legal e normativa implica em uma Insegurança Jurídica no trabalho de rotina. Os Vigilantes terceirizados estão trabalhando armados, se utilizando viaturas caracterizadas da UFRN e se utilizando conjuntamente o Alojamento, Depósito para Guarda de Armas e Munições e outros, sem nenhuma Regra.

A instituição não Normatizou a forma de prestação do Serviço e a DSP em sua Estrutura Organizacional não tem definido claramente qual o seu papel em relação hierárquica com os contratados. Essa indefinição de papéis (Seja com relação aos Vigilantes, seja com a Empresa) provoca além da Insegurança Jurídica um mal estar entre os profissionais. Precisamos também, por isso, de uma nova Estrutura Organizacional. Faz-se necessário construir uma Resolução com um novo Organograma para a DSP, de modo democrático, para contemplando a nova realidade advinda com a entrada da Terceirização.

A decisão de contratar o serviço Terceirizado em nosso entendimento foi equivocada, pois foi tomada sem fundamentação técnica e sem arrazoado político. Não foi realizado qualquer estudo técnico científico e nem foi solicitado Parecer de Profissional da Área de Segurança. O único fundamento para justificar a Licitação e consequente Contratação foi a necessidade expressa pelos números da carência de Profissionais em relação ao número de postos de serviço e demais demandas, os Colegiados Superiores, a Comunidade Universitária (Usuários/clientes) e os profissionais da Equipe também não foram ouvidos para demonstrar tecnicamente suas experiências profissionais, da mesma forma a liderança dos trabalhadores igualmente não foi ouvida. Concomitantemente a entrada dos profissionais terceirizados em atividade conjunta a Diretoria DSP promoveu-se a série de modificações nas Formas de Trabalho da Equipe, conforme já mencionamos, gerando insatisfação e desmotivação e, todo o quadro de profissionais, que hoje é 114 homens, cerca de um quarto do quantitativo ideal para execução do serviço com bom nível de qualidade.

Finalmente, entendemos que a solução para o problema da Segurança da UFRN assim como de toda a gestão de segurança pública no Brasil, passa necessariamente por profissionalizar a Gestão e dotá-la de mecanismos legais, Normatização de Funcionamento Interno e Código Deontológico para que atue visando primeiramente prestar um serviço de qualidade ao público para o qual trabalha e isso deve ser feito ouvindo-se os profissionais e a comunidade usuária através dos mecanismos democráticos. Tudo isso só será possível necessariamente com a Realização de CONCURSO PÚBLICO para provimento de cargos proporcionais a necessidades e aquisição de Armamento, Viaturas, dispositivos de Comunicação e condições de trabalho dignas.

Educação.

Nossa proposta se embasa na necessidade do fortalecimento das lutas em favor da educação pública e de qualidade e contra a política reformista, neoliberal imposta pelo atual governo. Defendemos a formulação da política educacional com avanços mediante aprofundamento dos temas pertinentes com a participação dos diversos seguimentos sociais, de forma ampla que contemple a pluralidade e a diversidade de ideias.

A sociedade brasileira vive hoje sujeita a ataques autoritários com vistas a privatização e a educação, é um dos alvos. Essa visão torna-se muito evidente quando presenciamos a aprovação de reformas do ensino médio, etapa da educação básica, recheada de ciladas contra a juventude.

A reforma do ensino médio efetivada pela medida provisória 764, com a falsa justificativa de reduzir a evasão e elevar a qualidade desta etapa da educação básica, na verdade é mais um golpe contra as conquistas democráticas. Não resultou de nenhuma conferência nacional de educação, portanto não tem legitimidade, pois não se faz reforma educacional via medida provisória, instrumento parlamentar, o que revela o caráter autoritário de tal Reforma, desprovida de debates envolvendo comunidade, escola e universidade, o que evidencia um dos aspectos do retrocesso de tal reforma ultra conservadora, de avanço da gestão privatista da educação e a expressão de práticas repressivas. Essas ações afetarão as camadas sociais Desprivilegiadas que ficarão submetidas a um ensino meramente instrumental, pois é retirada a condição propedêutica, ou seja, a condição introdutório para o ingresso na universidade.

A agressão à educação não passa por ai, pois as reformas estão relacionadas à logica do mercado e não com a expansão das fronteiras do pensamento. Fica muito claro nas ações do Governo Federal de educação não é prioridade, quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO retira as prioridades para o cumprimento de Plano Nacional de Educação-PNE, quando a LDB, Lei 9394/96, sofre desfiguração e altera a Lei do FUNDEB, e deixa de financiar a Educação Infantil e Creches voltando-se apenas para o Ensino Médio que absolveu a Educação Profissionalizante, a consequência é um ataque às mulheres trabalhadoras.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. A faint stamp is visible in the center, and two prominent blue ink signatures are at the bottom.

Alterações Estatutárias

A forma de Eleições Proporcionais que elegem às direções sindicais visam a democracia ampla e irrestrita. Devem almejar e visualizar a representação dos setores minoritários na base da categoria dos sindicatos.

Desta forma se define quem ocupa às vagas na direção da entidade sindical, e com o resultado das Eleições proporcionais, se elege uma direção qualificada com diferentes formas de pensamentos e concepções Ideológicas antagônicas. É com certeza a direção eleita na forma mais democrática possível. Têm as melhores condições de debater às políticas existentes de forma ampla, respeitando divergências, buscando a homogeneidade com a certeza de que todos têm o mesmo objetivo com o mesmo dever de construir o melhor para a categoria de sua base.

Com esta compreensão é que passamos a defender que sejam alterados **os artigos vinte e quatro e os parágrafos um e dois**, que tratam das "Eleições do Sindicato".

No artigo vinte e cinco, que trata da composição da diretoria do sindicato, defendemos que quantitativo deverá ser elevado de dois Coordenadores Gerais para três componentes e também a criação de uma nova coordenação chamada de Coordenação da Mulher Trabalhadora.

O Artigo trinta e oito, capítulo sete - Parágrafo Único que trata das "Seções Sindicais" deverá também ser alterado.

O Artigo trinta e nove, capítulo oito, na letra A, que trata das "Eleições Para o Conselho Fiscal", também deverá ser alterada.

ASSINAM A TESES DO BASE/RN: Agnaldo – Segurança Patrimonial;

Chiquinho Piquet – Aposentado; Cleide – Progesp; Conceição Fernandes-Progesp; Firmino-Segurança Patrimonial; Geaneide-Centro de Tecnologia; Gilson-HUOL; Gomes-Segurança Patrimonial; Ismael Martiniano-Aposentado; Ivanildo-Progesp; Lourdinha-Aposentada; Lourenço-CCET; Meneleu-Segurança Patrimonial; Ronaldo-Segurança Patrimonial; Rebouças-Aposentado; Sonia Maria-Infra; Talvanes-RU, Outros Independentes